

A CARTEIRA DE MEU TIO: HISTÓRIA E FICÇÃO NO SEGUNDO REINADO

Juliana Maia de QUEIROZ¹

RESUMO: O presente trabalho pretende explorar as principais referências históricas, sobretudo políticas, do romance *A carteira de meu tio*, de Joaquim Manuel de Macedo, publicado no Rio de Janeiro em 1855. Nossa intenção é analisar o tratamento ficcional de alguns fatos históricos, tais como a Constituição de 1824 e a política de Conciliação do Segundo Reinado, nesta narrativa satírica do autor. Além disso, buscamos estabelecer um paralelo entre o papel do político e do homem de letras enquanto definidores da prosa ficcional de Macedo, bem como sua inserção social e literária no Império brasileiro em meados do século XIX.

Palavras-chave: Joaquim Manuel de Macedo; Ficção; História.

ABSTRACT: This work intends to analyze the main political and historical references in the novel *A carteira de meu tio*, written by Joaquim Manuel de Macedo and published in Rio de Janeiro in 1855. The idea is to make a parallel between his political and literary careers once we believe these aspects may have had an important influence in his prose in the 19th Century in Brazil.

Keywords: Joaquim Manuel de Macedo; Brazilian Literature; History and Fiction.

1. Introdução.

A carteira de meu tio veio à luz em 1855, poucos meses depois de sua estréia como folhetim no periódico *A Marmota Fluminense*, de Paula Brito. Foi pelas mãos do mesmo livreiro e editor que o público teve acesso à primeira edição em livro desta narrativa de Joaquim Manuel de Macedo, cujo estilo e estrutura diferem bastante de seu romance de estréia, *A moreninha* (1844). De tom satírico e composto por um enredo baseado em longas digressões políticas feitas pelo narrador-personagem, este romance não esconde, todavia, sua intenção moralizante e de crítica social conforme as palavras de sua personagem principal:

EU... Bravo! Bem começado! Com razão se diz que – pelo dedo se conhece o gigante! Principiei tratando logo da minha pessoa; e o mais é que dei no vinte; porque a regra da época ensina que – cada um trate de si antes de tudo e de todos. No pronome *EU* se resume atualmente toda política e toda moral: é certo que estes conselhos devem ser praticados, mas não confessados; bem sei, bem sei, isso é assim: a hipocrisia é um pedaço de véu furtado a uma virgem para cobrir a cara de uma mulher devassa; tudo isso é assim, mas o que querem?... ainda não sou um *espírito forte* completo, ainda me não pude corrigir do estúpido vício da franqueza. (Macedo, 1880, p.1)

¹ Doutoranda do programa de Teoria e História Literária da Unicamp, cuja pesquisa está centrada na produção e circulação de parte da obra de Joaquim Manuel de Macedo. Destaca-se ainda que esta pesquisa é financiada pela FAPESP, sob orientação da Profa Dra Márcia Abreu.

Os trechos citados compõem os primeiros parágrafos do romance que, ao invés de um prefácio, possui uma apresentação, intitulada *Introdução e etc*, cujo objetivo, além de explicitar o porquê do título e do conteúdo, é também apresentar ao leitor, em tom irônico, seu tema central: as críticas à política da época. A insistência no uso do pronome *EU* prenuncia todas as recriminações feitas pelo narrador-personagem aos políticos de seu tempo, sendo ele mesmo, todavia, um aspirante a deputado. Esta aparente dubiedade – o sobrinho critica aquilo que ele mesmo quer ser - nos parece ser o ponto de partida para o componente moralizante do romance. Em outras palavras, a narrativa é construída de forma a mostrar ao leitor atitudes, sobretudo ações políticas, condenáveis. Desse modo, o leitor não se identificaria diretamente com o personagem do sobrinho, pois este mesmo se confessa o tempo todo inescrupuloso e vil, mas possivelmente se tornaria simpático às críticas feitas ao sistema político. Nesta narrativa de Macedo, portanto, o tom edificante não se lança às normas de condutas sociais valorizados no século XIX, mas sim às normas que, na opinião do narrador, deveriam reger o universo político:

Senhores, eu sou sem mais nem menos o *sobrinho de meu tio*: não se riam, que não há razão para isso: queriam o meu nome de batismo ou de família? Não valho nada por ele, e por meu tio sim, que é um grande homem. Estou exatamente no caso de alguns candidatos ao parlamento e a importantes empregos públicos, cuja única recomendação é neste o ser filho do Sr. Fulano, naquele ser neto do Sr. Beltrano, e até às vezes naquele outro ser primo da Sra. Sicrana. (Macedo, 1880, p.4)

Como se vê, a crítica ao apadrinhamento na política se concretiza também na falta de nomes próprios para as personagens do romance, a começar pela dupla formada pelo sobrinho e pelo tio. Quando retorna ao Brasil, após ter sido financiado pelo tio por vários anos na Europa, o sobrinho é indagado pelo mesmo sobre qual profissão deseja seguir. Diante da confissão ao leitor, mas não ao tio, de que sua estadia não havia servido aos estudos, mas sim ao mero divertimento, ele responde que após muito refletir chegara à conclusão de que queria ser político:

Com efeito, do mesmo modo que sucede a todos os vadios de certa classe, a primeira idéia que me sorria, tinha sido a política!
- Mas olha que a política não é meio de vida- observou o velho.
- Engano, meu tio! A pátria deve pagar bem a quem quer fazer o enorme sacrifício de viver à custa dela.
- Concordo pois com a tua sábia resolução: serás político; mas com a condição de fazeres o contrário do que fazem os grandes estadistas da nossa terra.

- Então que é que eles fazem, e que é que eu devo fazer, meu tio?
- Eles empregam no Brasil uma governação que aprendem nos livros da França e da Inglaterra; improvisam no mundo novo as instituições do mundo velho, algumas das quais têm tanta relação com as nossas circunstâncias como um ovo com um espeto! (Macedo, 1880, pp.9-10)

Embora de acordo com a escolha do sobrinho em se tornar político, o tio lança a ele um desafio: uma viagem a ser feita a cavalo pelas províncias do país como forma de aprendizagem política e moral. O sobrinho deve ver o que realmente acontece em sua pátria para agir de forma diversa daqueles que a governam. E como companheira de viagem, ele levará consigo a Constituição do Império do Brasil:

- Ei-la aí; eu a deposito em tuas mãos; vai e viaja com ela; observa o que se passa em nossa terra, e compara o que observares com o que ela te disser em teus sábios preceitos: escreve tudo; porque quando a *Carteira de teu tio* estiver cheia das tuas impressões de viagem, e enfim, voltares a ter comigo, terás já aprendido a grande verdade, a única tábua de salvação do Estado, o remédio santo e exclusivo para curar todos os nossos sofrimentos políticos; isto é, terás reconhecido por experiência que a Constituição nunca foi e não é ainda hoje executada, e que, quando o for, o Brasil será feliz e apreciará devidamente e mais que até agora a sua bela monarquia (...) E porque não há livro sem título, darei ao que sou obrigado a escrever, o que melhor lhe compete; chamar-se-á, pois, A CARTEIRA DE MEU TIO. (Macedo, 1880, pp.18-20)

Explicitado está, portanto, o porquê do título e o motivo que rege a viagem empreendida pelo sobrinho. Tratar-se-ia, à primeira vista, de uma narrativa de viagens, poderiam supor não apenas os leitores contemporâneos a Macedo, bem como seus sucessores, uma vez que este gênero seduziu muitos de nossos primeiros romancistas. No entanto, não se trata de uma viagem de reconhecimento e descrição da natureza local; muito pelo contrário, não há nenhuma referência geográfica dos locais por onde passa o sobrinho, fugindo completamente ao gosto dos relatos dos viajantes estrangeiros:

- Tudo chama o espírito, e o educa, e o eleva, e o transforma.* Mas informam-se igualmente, nessa quase frase feita, a repercussão do gênero e o modo como se encaravam os relatos de viagem, e as viagens em geral, na sociedade brasileira em meados do século passado. Não apenas como divertimento, mas, sobretudo, como meio de conhecimento, educação e acesso a informações históricas, geográficas e sobre os usos e costumes, de outros povos; e outro modo inacessíveis a um público que *não há de ir ver as cousas com os próprios olhos da cara.* (Sussekind, 2006, p.77)

A partir da análise de frases irônicas extraídas do conto *Uma excursão milagrosa* de Machado de Assis, citadas anteriormente em itálico, Flora Sussekind explicita o ideário que se formou no Brasil do século XIX em torno da importância dos relatos de viagens para a instrução dos leitores, sobretudo aqueles relatos dos viajantes franceses que aqui circularam, tais como os de Auguste de Saint-Hilaire, Ferdinand Denis e Debret, muito valorizados, mas também de alguns outros, como Suzannets, por exemplo, considerados mentirosos, *visant à l'effet*, descrevendo a realidade local de forma degenerativa.

Em *A carteira de meu tio*, o narrador evidencia sua postura contrária àquela dos típicos viajantes estrangeiros que por aqui passaram no tempo do Brasil imperial e deixaram registrados em seus diários suas impressões sobre as regiões visitadas, sempre influenciadas pelo olhar do *estrangeiro*, mesmo quando supostamente verdadeiros. Em mais de um momento, o sobrinho-narrador reitera que ele seria um viajante mais legítimo não apenas por ser *nacional*, mas por empreender uma viagem cujo maior resultado seria a formação de uma personalidade política virtuosa:

Assim que tive a certeza de que estava com seiscentos mil réis na algibeira, veio-me logo a idéia de partir para a corte (...) e improvisar nas horas vagas duas mil mentiras, com que pudesse encher a *Carteira de meu tio*. Esta pouca vergonha não teria nada de original, e não podia espantar ninguém: alguns dos meus colegas viajantes, e principalmente os franceses, que são incomparáveis nesta, como em muitas outras espécies de charlatanismo. (Macedo, 1880, p. 25)

De fato, o objetivo da viagem imposta ao sobrinho-narrador é certamente o da formação, não individual, mas, sobretudo, de uma moral política que garantiria a permanência do regime monárquico no Brasil. Como se sabe, Joaquim Manuel de Macedo foi membro do IHGB, professor de História e Corografia do colégio Pedro II, bem como professor das filhas do Imperador, além de deputado e escritor. Todas essas posições políticas e sociais que ele ocupou na sociedade fluminense, sobretudo na segunda metade do século XIX, certamente influenciaram não apenas sua carreira de romancista, bem como sua prosa literária, conforme veremos a seguir.

2. A política e o romance.

Os pesquisadores do século XX que voltaram suas atenções para *A carteira de meu tio* apontam em conjunto o componente satírico presente neste romance. Segundo, Wilson Martins (1992), “trata-se de uma sátira alegórica à Conciliação e à vida pública em geral, na qual, segundo o autor, apenas podiam triunfar os incompetentes e os protegidos”. Dividido em

quatro capítulos, a política é o mote central do romance, composto por longas digressões e diálogos, sempre deflagrados a partir de um acontecimento fortuito durante a viagem, como um atoleiro, por exemplo:

... a estrada era cheia de socavões, atoleiros e precipícios... ficou, em consequência, para mim demonstrado que o presidente da província não tinha amigo, nem compadre, a visitasse uma vez ou outra, ali por aqueles lugares: um passeio, ou viagem do presidente da província é, no meu entender, o que melhor esclarece a urgência do concerto de uma estrada: enquanto as tropas carregadas dos fazendeiros e lavradores se estropiam no caminho, e algumas bestas morrem atoladas na lama, ainda se pode sofrer o mal; mas dar um solavanco a carruagem de S. Exa.!... misericórdia, ficava a pátria em perigo! (Macedo, 1880, pp. 34-35)

Esta reflexão do narrador ocorre no primeiro capítulo, após a saída da cidade do Rio de Janeiro em direção ao interior da província, muito embora não haja especificação nenhuma em relação aos locais exatos por onde passa o personagem. Como já afirmarmos, a intenção do narrador está longe de ser a descrição local, mas tão somente desenvolver suas reflexões políticas, sempre de forma irônica. E para isso, todos os personagens do romance também ganham um tom alegórico e satírico, tal como o cavalo ruço-queimado que transporta o sobrinho ao longo da viagem e que, além da aparência física nada pomposa, marcha de forma desajeitada e vagarosa. A bordo, portanto, de um cavalo que se locomove sem pressa, o sobrinho, logo no início da viagem, se depara com outro personagem chamado de *homem de botas*, com quem, a partir de uma discussão sobre qual o melhor caminho a seguir para sair do lamarão no qual atolaram o sobrinho e o cavalo. A partir, portanto, de um encontro fortuito, diante de um atoleiro, seguem-se seis páginas de diálogo, com extensas observações, entre os dois personagens que, aparentemente, não estão em situações opostas, pois ambos estão de acordo com o fato de que o problema não é o estado monárquico em si, mas a maneira como o país está sendo administrado pelos presidentes de províncias que não executam as leis constitucionais como deveriam ser. Eis um exemplo do diálogo:

- Mas, em tal caso, por que não sabem os deputados tomar severas contas, censurar, e responsabilizar os presidentes de província?
- Ora... porque entre nós o *voto livre* exprime sempre e seja como for, a vontade de quem domina; o povo vota sempre em quem governa, porque sabe que quando assim o não quer fazer, fica reduzido a cão leproso, que apanha e não tem quem lhe acuda; e portanto os deputados provinciais são, em regra geral, escolhidos a dedo pelos presidentes de província. (Macedo, 1880, p. 41)

Maria de Fátima Silva Gouvêa, em recente pesquisa, analisou detidamente vários

aspectos relativos à província do Rio de Janeiro entre 1822 e 1889 e, no que diz respeito ao sistema eleitoral, confirma justamente a supremacia dos presidentes de província explicitando que eram eles que registravam os votantes e organizavam os colégios eleitorais:

A legislação eleitoral central determinava os critérios para definir quem votava. Primeiramente, alguns requisitos básicos deveriam ser preenchidos antes que alguém pudesse ser qualificado como um votante, como, por exemplo, provar que possuía uma renda mínima. Depois disso, seu nome teria que ser posto em uma lista de votantes organizada pela Mesa eleitoral do distrito (...). Depois de 1846, a principal tarefa do juiz de paz passou a ser a organização de tais Mesas, com a participação dos eleitores da última eleição. Apesar de não serem vitais, essas Mesas se tornaram o instrumento para a exclusão- ou inclusão- de votantes qualificados. Isso investiu essas Mesas de uma grande importância durante o período eleitoral. Até 1881, os vereadores eram o único grupo de políticos a serem eleitos diretamente. Todas as outras eleições se realizavam em dois estágios. Os votantes escolhiam os eleitores que, por sua vez, escolhiam os representantes provinciais para as legislaturas central e provincial, assim como proferiam o nome existente na lista de senadores quando necessário. (Gouvêa, 2008, pp.101-102)

Outro estudo que merece destaque é a organização das crônicas que Joaquim Manuel de Macedo publicou na seção intitulada *Labirinto*, no *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro no ano de 1860, realizada por Jefferson Cano. Na crônica do dia 26 de agosto de 1860, Macedo assim se refere ao governo e ao sistema eleitoral após criticar a existência, na cidade do Rio de Janeiro, de boticas que vendem *medicamentos de importância falsificada*:

Deixemos porém em paz os boticários desmazelados, ou criminosamente ambiciosos que, felizmente, não fazem o maior número, e continuemos com o assunto eleitoral. De todos os lados clama-se pelo voto livre; o Sr. Ministro da Justiça assevera que o governo há de garantir, e a oposição desconfia que não. Quanto a nós, não há novidade nem na declaração oficial, nem na desconfiança oposicionista. O governo e a oposição dizem sempre a mesma cousa. O que é verdade incontestável e por todos reconhecida é que no Brasil o tal voto livre ainda não passou de utopia: poderá ter havido, poderá mesmo haver voto livre aqui na capital do império, ou ainda em um ou outro ponto excepcional; fora porém da corte, e aí por esse interior, o voto livre é quase sempre uma grande peta e uma famosa burla. (Macedo, 2004, p.127)

As crônicas são o lugar privilegiado para o autor tecer seus comentários das mais diversas ordens, como se pode observar na passagem anterior, em que a alusão às boticas é seguida de sua opinião sobre o voto livre. Também no romance temos pequenos episódios, aparentemente sem relevância, a partir dos quais longas reflexões são deflagradas sem,

contudo, prejudicar o andamento do enredo. Este é sustentado, na verdade, não a partir do desencadeamento de fatos narrados, mas, sobremaneira, de pequenas cenas seguidas de longas discussões, em forma de diálogos, entre os personagens alegóricos que surgem ao longo da narrativa, como o Compadre Paciência, por exemplo, que no segundo capítulo, é revelado ao leitor como sendo *o homem de botas*. Poderíamos dizer que ele se configura como uma espécie de contraponto entre a moral política em construção no sobrinho e o ideal romântico do *bom selvagem*, tanto pela sua origem humilde e genuína (é um homem do campo), quanto por sua maturidade já adquirida, refletida em suas posições políticas, um tanto resignadas em relação às mazelas sociais decorrentes do sistema político no país. Enviado pelo tio para auxiliar o sobrinho em sua viagem, o compadre Paciência o acompanha até o final da viagem/romance, montado em uma mula-ruça que, por sua vez, será a companheira também do cavalo ruço-queimado. É com o compadre Paciência que o sobrinho desenvolve o seguinte diálogo sobre os dois principais partidos políticos no Brasil:

- Sou um roceiro ignorante e rústico, que ainda reza pela cartilha da *independência*: não faça caso das minhas excentricidades; tenho a mania de ser homem de bem, e de acreditar que a base de toda a política deve ser a virtude: asneiras de homem da roça!(...) mas vamos a saber: qual dos partidos pretende seguir?... O *Squarema* ou o *Luzia*?...
- Qual é o que está de cima agora?...
- Homem, eu também não sei.
- Pois hei de me informar para me alistar nas suas fileiras. (Macedo, 1880, p.40.)

Segundo Schwarcz (2006), era “comum, em meados do século, ouvir dizer que não havia nada mais parecido com um Squarema – apelido dos conservadores (...) – do que um Luzia (como eram conhecidos os liberais) no poder”. O leitor deste texto poderia indagar em relação a qual partido Joaquim Manuel de Macedo esteve ligado, já que transpôs para a ficção muito de suas experiências da vida pública. De acordo com a pesquisa biográfica e literária de Tânia Rebelo Costa Serra, em 1854, Macedo foi eleito pela primeira vez como deputado, pelo partido liberal, na Assembléia Provincial do Rio de Janeiro sendo então reeleito até 1859. Depois, em 1863, foi eleito para a Assembléia Geral. Além disso, membro do IHGB desde 1845, foi escolhido primeiro secretário desta instituição em 1851 e, em 1856, passou à condição de orador. Como se vê, estamos diante de um escritor imerso nos espaços de *sociabilidade letrada* da corte imperial de meados do século XIX, como bem analisou Jefferson Cano na apresentação das crônicas do escritor:

Especialmente emblemático da constituição destes espaços de sociabilidade letrada é o Instituto Histórico, no qual Macedo ingressa aos 25 anos, certamente muito mais respaldado por sua glória literária do que por qualquer trabalho de cunho histórico. Fundado em 1838, sob a *imediata proteção de Sua Majestade*, e inspirado no Instituto Histórico da França, que desde 1834 congregava nomes como Lamartine, Michelet, Chateaubriand e Thierry, o IHGB era síntese do que constituía a elite intelectual e política do Império, mescla que marcava tanto o seu projeto quanto as trajetórias de seus sócios. (Macedo, 2004, p.22)

Macedo foi um homem de letras diretamente ligado ao Imperador Pedro II e à vida pública e política do II Reinado, sendo, portanto improvável ver na crônica romanceada, *A carteira de meu tio*, uma crítica ao Regime Monárquico e, muito menos, à figura do Imperador. Os políticos referidos na narrativa, tanto pelo narrador sobrinho quanto pelos personagens com quem ele dialoga, certamente seriam a representação ficcional de uma forma de fazer política com a qual Macedo provavelmente não concordava, tal como a política da Conciliação, instaurada no Brasil pelo Marquês de Paraná no início da década de cinquenta do Oitocentos e que, no romance, é reiteradamente mencionada, ora nos diálogos, ora em passagens como a que se segue:

Vai tudo o melhor possível; Oh, que fortuna tão bela!
 Navegando em mar de Rosas, Nossa pátria vai à vela.
 Viva o dinheiro! Fora o ideal! Viva o progresso Material!
 A vida que nós passamos; É contra a *Constituição*;
 Mas não faz mal é milagre; Da *santa conciliação*.
 Viva o dinheiro! Viva o ideal! Viva o progresso Material!
 Isso de pátria e virtude; Honra e glória é só – *poesia*;
 Poder dinheiro *et Cetera*; É que tem gosto e valia.
 Viva o dinheiro! Fora o ideal! Viva o progresso Material!
 Nosso altar é a algibeira; Nossos deuses prata e ouro;
 Nossa oração – *venha a nós*; E o nosso *Céu* o tesouro.
 Viva o dinheiro! Fora o ideal! Viva o progresso Material!
 (Macedo, 1880, p.154)

Os versos anteriores compõem a cena de uma visão/sonho que o sobrinho tem, depois de se hospedar com o compadre Paciência em uma estalagem à beira da estrada. Seu proprietário, chamado Constante, defende não apenas o governo de sua província, como também os ministros. Num primeiro momento, o sobrinho tenta discordar dele alegando que o governo ministerial estaria em crise e que certas mudanças precisariam ser feitas, ao que o outro reage muito mal, atrasando-lhe a comida e a salgando. Impedido de comer e com sede, o sobrinho, na manhã seguinte, se rende então aos ideais políticos conservadores de

Constante. A partir deste fato, toda uma discussão é deflagrada sobre a *política do estômago* como metáfora para a política da Conciliação, uma vez que, segundo o narrador-personagem, assim como a fome faz o indivíduo se render a qualquer prerrogativa, no Brasil se muda de partido ou de ideal político de acordo com os interesses do momento. Nesse sentido, a visão que o sobrinho tem após se sentir saciado é emblemática enquanto sátira da vida pública daquele tempo. Selecionamos esta passagem do romance para finalizar este texto, pois ela sintetiza, a nosso ver, as idéias mais importantes sobre a política de meados do século XIX referidas na narrativa. Esperamos, assim, ter colocado à mostra, especialmente através de exemplos da própria narrativa, o quanto a prosa ficcional de Macedo sofreu influência direta de sua atuação política e de seu papel social na sociedade imperial brasileira de meados do Oitocentos. Além de se dedicar ao romance para *mocinhas*, conforme é comumente lembrado nas Histórias Literárias do século XX, Macedo também satirizou e criticou severamente o meio político e a sociedade na qual viveu. Este é o caminho pelo qual intentamos revisitar sua obra.

REFERÊNCIAS

GOUVÊA, M. F. S. **O Império das Províncias: Rio de Janeiro, 1822-1889**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MACEDO, J. M. de. **A carteira de meu tio**. Rio de Janeiro: Garnier, 1880. [1855]

_____. **Labirinto**. Organização, apresentação e notas de Jefferson Cano. Campinas: Mercado de Letras, 2004.

MARTINS, W. **História da Inteligência Brasileira. Volume II (1794-1855)**. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1992.

SCHWARCZ, L. M. **As barbas do Imperador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SERRA, T.R.C. **Joaquim Manuel de Macedo ou Os Dois Macedos: A luneta mágica do II Reinado**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1994.

SUSSEKIND, F. **O Brasil não é longe daqui. O narrador, a viagem**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.